

Jornal do SAEP-DF



Sindicato dos Auxiliares de Administração
Escolar em **Estabelecimentos Particulares**
de Ensino no Distrito Federal



Órgão informativo do SAEP-DF - Ano III - nº 4 - março de 2008

BOM INVESTIMENTO

Educação privada no DF é bastante lucrativa

A educação privada no DF é um negócio bastante lucrativo. Quem diz isto são os empresários da educação. Mas na hora de negociar salário e melhorar as condições de trabalho escondem a realidade econômica da empresa e reclamam dos impostos e da carga tributária.

O melhor exemplo disso são algumas escolas de educação infantil, que se transformaram em verdadeiros grupos econômicos no ramo da educação privada. Ao longo de 2007, o Correio Braziliense publicou várias matérias em que donos de escolas no DF afirmam que o setor não está em crise, pelo contrário, está em expansão, inclusive rompendo as fronteiras do DF.

Os investimentos e parcerias

na casa dos milhões, em prédios e infra-estrutura, sinalizam que os empresários podem melhorar bastante o míngua salário que pagam aos auxiliares de administração escolar. "Não só isso, as elevadas mensalidades cobradas pelos donos de escolas, acima da média nacional, impõem que tenhamos ganho real", chama a atenção Maria de Jesus, presidente do SAEP.

A média de reajuste das mensalidades no DF está em torno 6,10%, contra média de 4,77% no Brasil, segundo pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para variar, os empresários culpam os impostos e a inadimplência pelo aumento acima da média. Mas os dados desmentem essa linha de argumentação.

Segundo a presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (Sinepe), Amábil Pacios, em matéria veiculada pelo *Correio Braziliense*, "o setor não está em crise". "Pelo contrário, todo ano a gente ganha alunos nas escolas privadas".

Pesquisa divulgada recentemente pela FGV mostra que quase um terço dos lares brasileiros (31,32%) têm alunos matriculados em escolas privadas e os (as) chefes de família comprometem 11,21% do orçamento com mensalidades, além da compra de livros e de material didático. Contraditoriamente, quanto mais aumentam os lucros dos empresários da educação, menores são os salários que eles pagam à categoria.



CENTRAL SINDICAL

CTB: alternativa que o SAEP quer ajudar a construir

A Central Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) é uma nova central sindical criada em dezembro passado para fortalecer o movimento sindical e a luta dos trabalhadores assalariados. E o SAEP quer ajudar a construir essa alternativa. A categoria dos auxiliares de administração escolar esteve representada no congresso de fundação da CTB por membros da Diretoria do SAEP.

O SAEP se propôs e quer ajudar a construir a CTB no DF, porque enxerga nesta central uma perspectiva

classista de organização e encaminhamento das lutas da categoria. E mais que isso, dentre as várias centrais que compõem o cenário sindical nacional, a CTB, na visão do SAEP, se apresenta com as propostas mais concretas para a luta sindical.

O SAEP opta pela CTB porque esta central defende com firmeza a unicidade, proclama a necessidade de união das centrais e combate, com vigor, todas as concepções e iniciativas que promovem a divisão das categorias e o desmembramento das bases.

Foto: Manoel Porto



ANOTEM: a partir de 1º de março, o piso salarial da educação básica subiu para R\$ 435,75; o do ensino superior é de R\$ 450; e R\$ 520 para a função que exige ensino médio.

EDITORIAL

Unidade dos trabalhadores

Um novo cenário se descortina para o movimento sindical brasileiro em 2008. Isso se deve, em grande medida, à decisão das centrais sindicais em estabelecer ações conjuntas e que tem como gesto inaugural o lançamento da campanha pela redução da jornada de trabalho, ocorrida no último dia 11 de fevereiro, em São Paulo.

Assim, vai-se firmando a convicção de que de pouco ou nada adiantam ações fragmentadas e isoladas. A força da luta dos trabalhadores por seus direitos e para impulsionar mudanças mais profundas no País é diretamente proporcional à capacidade de unificar as bandeiras políticas e atuar com união para materializá-las.

Não é só em torno da redução da jornada de trabalho que as centrais se organizam. Outras pautas importantes têm mere-

cido um tratamento conjunto. Entre elas a legalização das centrais sindicais e a ratificação de normas internacionais como a 158 da Convenção da OIT no País, que impede que o patrão demita o trabalhador sem motivos.

Esse é o caminho. É esse rumo que as organizações dos trabalhadores devem trilhar, a fim de promoverem conjuntamente as comemorações do 1º de Maio neste ano e, também, de convocarem um congresso das centrais sindicais para unificar a luta dos trabalhadores brasileiros.

Esse novo quadro pode impulsionar a luta política e dar novo fôlego ao movimento sindical, inclusive descortinando caminhos para além da resistência aos ataques do capital, alcançar novas e mais profundas conquistas para os assalariados brasileiros.

CARTÃO DO CIDADÃO

Para que serve?

Fiscalize sua conta-vinculada do FGTS e não permita ser enrolado

O Cartão do Cidadão é um cartão magnético, emitido gratuitamente pela Caixa, que permite consultar informações sobre FGTS e quotas do PIS. Com ele, você pode sacar os benefícios a que tiver direito. Mais que isto: pode acompanhar os depósitos na conta vinculada do FGTS, de modo a não ter surpresas desagradáveis, como o desconto no contracheque, sem o devido recolhimento na Caixa.



FAÇA O SEU CARTÃO

Todo trabalhador brasileiro pode ter um Cartão do Cidadão. Informe-se pelo telefone 0800-726-0101 ou dirija-se à agência da Caixa mais próxima, com os documentos pessoais e o PIS ou consulte o site da Caixa para obter mais informações - www.caixa.gov.br

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

8 de Março: defesa da vida e da valorização do trabalho da mulher

Nossas vidas estão desenhadas pelas lutas históricas de resistência à opressão. A realidade denuncia a escandalosa desigualdade social e nas relações entre homens e mulheres, que se aprofundam quando se trata das mulheres negras.

Mais que homenagens, que são bem-vindas, as mulheres brasileiras, sobretudo aquelas que pertencem às camadas mais pobres da população brasileira, precisam ver materializadas na lei uma proteção contra toda forma de opressão e diferenças de gênero.

Os avanços contidos na Lei Maria da Penha são inegáveis, mas é preciso avançar mais!



EXPEDIENTE

Orgão Informativo do SAEP-DF

SCS - Q. 01 - Bl. K - Sl. 202 - Ed. Denasa
Brasília - DF - CEP 70398-900
Telefones: (61) 3034-8685 / 8687
Fax: (61) 3034-8688
E-mail: saepdf@gmail.com
Site: www.saepdf.org

Diretoria Executiva:

Maria de Jesus da Silva (presidente)
Marilene Alves do Nascimento (vice-presidente)
Miguel Augusto Junior (secretário geral)
Idenes de Jesus Sousa Cruz (tesoureiro)
Dayana Maria Alves de Lima (diretora de comunicação)
Luciana dos Santos Amorim (diretora de formação)
Darcilcyde Eliane M. Bose (diretora assuntos jurídicos)

Suplentes da Diretoria:

Janete Gonçalves dos Santos
Fabiane Souza da Cruz Sena Lima
Valcirene Pereira Conceição Dias

Conselho Fiscal:

Flávio César de Oliveira
Carlos Alberto Reis Andrade
Christielen Teixeira Mendonça
Suplente do Conselho Fiscal:
Meirilene Rodrigues Pinheiro

Edição: Marcos Verlaine
Jornalista responsável: Joaquim Jodelle

Diagramação: F4 Comunicação
Impressão: Stephanie Gráfica e Editora Ltda.
Tiragem: 10.000 exemplares

TERCEIRIZAÇÃO

Baixa remuneração e trabalho precário

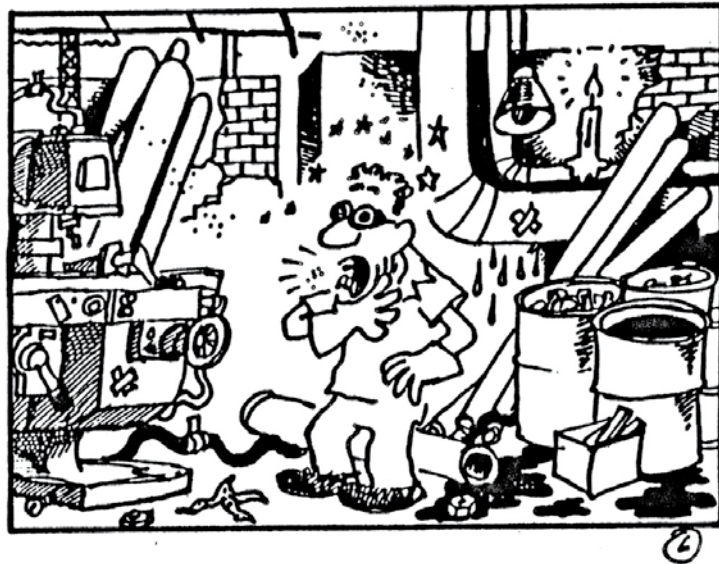
O cenário das relações de trabalho “moderno” é devastador para o assalariado brasileiro. A terceirização surge nesse processo como modalidade de contratação da mão-de-obra com direitos vulnerados e precárias condições de trabalho, com salários reduzidos.

A terceirização significa demissão dos trabalhadores da empresa, e, geralmente, com a posterior contratação daqueles, pela metade do salário que antes recebiam.

O Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb) chama a atenção. A instituição demitiu 67 funcionários com o objetivo de terceirizar serviços, que certamente levará à precarização do trabalho, com diminuição de salário e aumento de carga horária.

TERCEIRIZADO X PRECÁRIO
Segundo o presidente do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, a geração dessa modalidade de trabalho no Brasil está consolidando o padrão de emprego asiático.



Mesmo com os avanços de escolaridade dos trabalhadores ocupados e desempregados, os níveis de remuneração permanecem baixos. No estado de São Paulo, a média salarial de um tra-

balhador não-terceirizado é de 4,6 salários-mínimos. O terceirizado recebe 2,3 salários mínimos.

Em relação à rotatividade do trabalho, segundo Pochmann, as taxas brasileiras estão entre as mais altas do planeta. Essa característica das vagas terceirizadas têm efeitos indiretos além do desemprego imediato e da menor remuneração. Acarreta também maior dificuldade para se aposentar.

A pesquisa aponta que um trabalhador terceirizado trabalha de dois a três anos para contribuir 12 meses para a Previdência. “Um menino de 15 anos que começasse a trabalhar hoje, contratado de forma terceirizada, iria se aposentar por volta dos 85 anos”, ironiza o economista, que lembra que a expectativa de vida no Brasil, para os homens é 72 anos e para as mulheres 75.

CONFRATERNIZAÇÃO

SAEP realiza sua 1ª confraternização



2007 foi um ano difícil, mas vitorioso. Para comemorar os êxitos, a diretoria realizou uma festa de confraternização. O encontro aconteceu no dia 22 de dezembro, no clube Caça e Pesca, no Lago Sul. Cerca de 150 pessoas prestigiaram a confraternização. A categoria compareceu, levou seus familiares. Houve muita descontração e sorteio de brindes para os associados.

CAMPANHA SALARIAL

SAEP quer ampliar cláusulas sociais da convenção coletiva



O Sindicato quer discutir com os donos de escolas as cláusulas sociais da convenção coletiva de trabalho dos auxiliares de administração escolar. A convenção assinada entre o SAEP e o Sinepe (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal), valerá até 30 de abril de 2009, mas as cláusulas não econômicas poderão ser revistas. O reajuste previsto para este ano deverá ser superior a 5%.

Desse modo, o SAEP irá debater com os patrões a melhoria e ampliação de cláusulas como estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, auxílio alimentação, ampliação da licença-maternidade, bolsas de estudo, capacitação profissional, licença-paternidade e o fim do banco de horas.

A data-base da categoria é o dia 1º de maio, mas é preciso começar desde já a construir essa pauta de reivindicações, a fim de torná-la viável, e mais que isso, torná-la vitoriosa.

Ensino superior

A diretoria do SAEP, depois de aprovada pela categoria, encaminhará proposta de pauta de reivindicações ao Sindepes, sindicato patronal.

CAMPANHA NACIONAL

Centrais se mobilizam para reduzir jornada de trabalho

O mundo do trabalho discute e se movimenta em torno de uma campanha nacional pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário. Esse movimento, sob a direção das centrais sindicais - CTB, CUT, Força Sindical, CGTB, Nova Central, UGT e CSP - é para recolher mais de um milhão de assinaturas em todo o País e entregá-las no Congresso Nacional aos presidentes da Câmara e do Senado, de modo a pressionar o Legislativo Federal a aprovar proposta em discussão no Congresso, cujo objetivo é reduzir a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais.

“A hora de qualquer melhoria

na situação do trabalhador é a hora em que a economia está crescendo”, disse a deputada e líder da bancada do PCdoB, na Câmara, Jô Moraes (MG). “A redução da jornada é a consequência natural para que não haja desemprego em massa com o avanço tecnológico”, argumentou.

O ser humano não nasceu apenas para trabalhar. Educação e cultura são essenciais para assegurar melhores condições de trabalho e maior produtividade.

Segundo os especialistas, a redução da jornada de trabalho poderá gerar 2,2 milhões de novos postos de trabalho em nosso País.

CRESCIMENTO DO PAÍS

O crescimento, a ampliação do desenvolvimento, a distribuição de renda e a ampliação da democracia não são mera retórica. Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo, criam empregos formais, o que é necessário para o Brasil.

Apesar disso, a política econômica do Governo segue em ritmo muito lento. “O Governo receia acreditar na força da economia do País”, ressaltou. As altas taxas de juros, hoje em 11,25%, e o dinheiro que o País paga a título de juros e serviços da dívida externa, o chamado superávit primário, entevam o crescimento e desenvolvimento da economia, o que impede a geração de emprego e renda.

Reduzir a jornada é gerar empregos

Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário

CGTB CTB CUT FORÇA SINDICAL NCST UGT

QUALIDADE

Contee desenvolve campanha pela valorização da educação



A Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), entidade à qual o SAEP é filiado, desenvolve campanha nacional pela melhoria da qualidade do ensino no País, sob o lema “Educação não é mercadoria”. A campanha foi lançada em abril de 2007.

Ao completar um ano, a campanha ganha novos contornos e materiais publicitários. “Com foco na questão da desnacionalização da educação superior no País, a Contee priorizou a crítica ao avanço da entrada de capital estrangeiro no setor e a sinalização de que algo precisa ser feito com urgência”, sob pena de grave ameaça a um setor estratégico para o desenvolvimento do Brasil e a soberania nacional.

INTERNET

Uma das principais e mais simples maneiras de divulgar a campanha é por meio da inserção e divulgação dos materiais pela internet nos respectivos sítios das entidades filiadas e afins. Estão disponíveis cartazes, imagens e vídeos para baixar ou simplesmente para serem vistos.

A Contee produziu também diversos textos, artigos, entrevistas e reportagens que debatem a questão da mercantilização da educação, com especialistas e demais entidades ligadas ao tema educação com o objetivo de subsidiar o debate, enriquecer as argumentações e propor a reflexão de todos sobre este importante assunto. Esse material teórico pode ser encontrado, lido, encaminhado por e-mail ou impresso no próprio portal da Contee - www.contee.org.br

CONVÊNIOS

afinidade Clube

PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Saúde Vip

Clube dos Previdenciários de Brasília

SEPS 712/912 Conj. "D" bloco 01

Tel.: 3878-7100 / 3878-7101 / 3878-7102

Para Você Associado ao SAEP

Santa Luzia AFINIDADE

Planos a partir de: R\$ 69,30

Planos Essenciais com cobertura de 00-65 anos

Informações e Vendas: (61) 3346.4748

Estes convênios oferecem aos auxiliares de administração escolar, sindicalizados, o acesso facilitado a diferentes planos de saúde. Mais informações ligue no Sindicato. O SAEP, em breve, divulgará novos convênios.